

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.321 - SP (2019/0077162-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161  
RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - SP211648  
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872  
ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS - SP315972  
JAMES GENERINO DE AQUINO - SP334824  
**AGRAVADO** : MARIA AUGUSTA GUERREIRO JAQUETTO  
**AGRAVADO** : PAULO ROBERTO JAQUETTO  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE JAQUETTO MORELATO  
**AGRAVADO** : JOSE LUIZ JAQUETO  
**ADVOGADOS** : ALLAN MAYKON RUBIO ZAROS - SP327218  
VILSON PEREIRA PINTO E OUTRO(S) - SP326378

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. PROTESTO INTERRUPTIVO E COMPETÊNCIA TERRITORIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. DECISÃO FAVORÁVEL À PARTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 4. EFEITO SUSPENSIVO PREJUDICADO. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Sétima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo conheceu em parte do recurso interposto pelo ora agravante e, nessa extensão, negou-lhe provimento, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 133-134):

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EXECUÇÃO INDIVIDUAL LEGITIMIDADE ATIVA Necessidade de filiação ao IDEC – Descabimento Possibilidade de ajuizamento de ação executiva individual por todos os poupadores Entendimento pacificado pelo STJ

# Superior Tribunal de Justiça

em análise de recurso repetitivo Suspensão determinada no REsp 1.438.263 Perda de eficácia, ante a desafetação de tal recurso do rito dos recursos repetitivos.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA Fase de liquidação de sentença Necessidade de observância do disposto no art. 475-E, do Código de Processo Civil de 1973, hoje o art. 509, inc. II, do Código de Processo Civil de 2015 Caso concreto em que tal procedimento foi respeitado - Ausência de sucumbência Falta de interesse recursal Não conhecimento do pedido de prévia liquidação.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PRESCRIÇÃO É quinquenal o prazo prescricional para o ingresso com pedido de cumprimento de sentença pelo poupador, a contar do trânsito em julgado da ação coletiva - Entendimento pacificado pelo STJ em análise de recurso repetitivo Prefacial de mérito rejeitada.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA JUROS MORATÓRIOS TERMO INICIAL Data da citação para a ação coletiva - Entendimento pacificado pelo STJ em análise de recurso repetitivo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA CORREÇÃO MONETÁRIA TABELA PRÁTICA DO TJ/SP Pretensão deduzida pelo banco de que sejam utilizados os índices da caderneta de poupança Descabimento Tabela Prática do TJ/SP que se revela mais adequada para atualizar monetariamente os débitos para fins de cobrança judicial Entendimento pacificado pela 17ª Câmara de Direito Privado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA JUROS REMUNERATÓRIOS - Embargos de declaração apresentados na Ação Civil Pública que ensejou nova decisão admitindo-se a incidência de juros remuneratórios mês a mês.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA ÍNDICE DE CORREÇÃO Adoção do índice de 42,72% para cálculo da diferença não creditada quando da edição do Plano Verão Erro de cálculo que não foi efetivamente demonstrado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA Verba honorária devida na fase de liquidação de sentença Entendimento jurisprudencial.

Agravo conhecido em parte e, na parte conhecida, desprovido.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 17, 85, 240, 332, § 1º, 485, VI, 509, § 2º, 726, 783, 1.035 e 1.036, § 1º, do CPC/2015; 95, 97 e 98 da Lei 8.078/1990; 177 do CC/1916; 16 da Lei n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

7.347/1985; e 1º, § 2º, da Lei n. 6.899/1981.

Sustentou que o prazo prescricional seria quinquenal e que não caberia o protesto interruptivo da prescrição pelo Ministério Público.

Asseverou que deveria ser suspenso o processo, em razão de se tratar de discussão acerca dos expurgos inflacionários.

Aduziu que a sentença proferida em ação civil pública teria seus efeitos restritos aos limites da competência territorial do órgão que a prolatou.

Mencionou a necessidade de instauração de prévia fase de liquidação.

Afirmou que não incidiriam juros remuneratórios por falta de previsão no título executivo judicial.

Alegou que os juros de mora deveriam incidir a partir da citação no cumprimento individual de sentença.

Entendeu pela impossibilidade de utilização da Tabela Prática do Tribunal de Justiça local para atualizar as contas de poupança.

Defendeu o afastamento da incidência dos honorários advocatícios.

Requeru a atribuição de efeito suspensivo.

A Corte local negou seguimento ao recurso especial, com base no art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, no que tange às teses relativas ao prazo prescricional; à necessidade de suspensão do processo; e aos juros moratórios e remuneratórios e demais encargos; e, no mais, inadmitiu-o com base nos enunciados sumulares n. 83/STJ e 284/STF e na ausência de devolutividade de algumas matérias.

Inconformado, o recorrente apresenta o presente agravo, por meio do qual se insurge contra os óbices apontados para a inadmissão do recurso.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No tocante às teses relativas ao protesto interruptivo e à competência territorial, verifica-se que tais questões não foram objeto de debate no acórdão estadual.

Diante desse contexto, tem-se que o prequestionamento, requisito viabilizador do recurso especial, não foi preenchido, o que impede o conhecimento das referidas matérias por esta Corte Superior, nos termos dos enunciados sumulares 282 e 356 do STF.

A título ilustrativo:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE. AFRONTA AOS ARTS. 402, 403, 730, 733 E 734 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA/STF. DANOS MORAL E MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As matérias constantes dos dispositivos legais apontados como violados não foram objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1111956/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

Quanto à suposta violação aos arts. 509, § 2º, do CPC/2015; e 95, 97 e 98 da Lei n. 8.078/1990, melhor sorte não assiste ao recorrente.

Nos termos constantes do acórdão estadual (e-STJ, fls. 132-144), o magistrado de primeiro grau teria determinado a prévia liquidação da sentença, conforme pretende a instituição financeira, não havendo, portanto, interesse recursal nesse ponto.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU PELA AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO IMÓVEL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MUDANÇA DO RITO. CONCLUSÃO FAVORÁVEL À PARTE AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. O recorrente carece de interesse recursal quando o Tribunal estadual

# Superior Tribunal de Justiça

apresenta conclusão favorável à parte agravante.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 130.222/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, REPDJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019)

Por fim, não há como prosperar a alegação de ofensa ao art. 85 do CPC/2015.

Isso porque, nas razões recursais, não fica claro de que modo o acórdão estadual teria violado o mencionado dispositivo legal, havendo o mero pedido de afastamento da incidência dos honorários advocatícios.

É necessário frisar que o recurso especial possui natureza vinculada, exigindo, para o seu cabimento, a imprescindível demonstração, de forma clara e precisa, dos dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida juntamente com argumentos suficientes à exata compreensão da controvérsia estabelecida, sob pena de inadmissão. Incidente, *in casu*, o enunciado da Súmula 284/STF.

Oportunamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR DANO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

(...)

5. A recorrente não demonstrou de que forma foram violados os 7º da Lei Complementar 140/2011, e 3º, IX, d, da Lei 12.651/2012. Incidência da Súmula 284/STF.

6. Agravo conhecido para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

(AREsp 1165752/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

